



# A política depois da verdade

Actualmente, a mentira política teria ido longe demais, entre nós: teríamos chegado ao ponto em que a verdade, mais do que falseada ou contestada pelos actores políticos deixou de ser relevante ou interessante para o público, para o eleitorado

*“No one has ever doubted that truth and politics are on rather bad terms with each other, and no one, as far as I know, has ever counted truthfulness among the political virtues.”*

**Hannah Arendt (Truth and Politics)**



POR  
**Pedro Rosa Ferro**

Professor da AESE,  
Professor convidado  
IEP-UCP

**A** opinião vulgar segundo a qual “os políticos são todos uns aldrabões” não corresponde apenas a um arreigado (embora injusto) preconceito popular, magnificado pela recente vaga populista, mas tem antigos e veneráveis pergaminhos. Não é suficiente remontar ao inevitável Maquiavel, no seu persuasivo e sincero elogio da fraude e da má-fé. Muito antes, Platão inventara a «nobre mentira»,<sup>1</sup> e fez constar que «se a alguém compete mentir, é aos chefes da Cidade, por causa dos inimigos ou dos cidadãos, para benefício da Cidade».² E já o Salmo 146(145) aconselhava a não confiar nos poderosos: «*nolite confidere in principibus*».

Hannah Arendt sustentou que há uma inegável afinidade entre a mentira e a política.<sup>3</sup> E não se referia apenas ao segredo e mentira de Estado, que são usuais – e, em geral, legítimos (até certo ponto), uma vez que são dirigidos contra o inimigo (potencial, pelo menos) – na política da guerra e nos negócios estrangeiros. Referia-se também a algo mais do que à hipérbole e mistificação típicas da propaganda democrática e publicidade partidária. Arendt referia-se basicamente à mentira ou falsidade deliberada, oposta à «verdade dos factos» – não à verdade filosófica ou científica – e portanto distinguível do erro, da ilusão, da opinião ou da teoria.<sup>4</sup> Isso verifica-se, de modo patológico, nos regimes totalitários, onde, para mudar o futuro, se considera necessário falsear quer o passado, quer o presente: aí, todos mentem, quase por instinto de sobrevivência. Como sabemos, também a moderna política democrática não é impermeável à banalização da mentira, embora com grande diferença relativamente ao que sucede naqueles regimes. Contudo, actualmente, a mentira política teria ido longe demais, entre nós: teríamos chegado ao ponto em que a verdade, mais

do que falseada ou contestada pelos actores políticos (o que demonstraria, a *contrario*, que ainda é considerada suficientemente valiosa e importante), deixou de ser relevante ou interessante para o público, para o eleitorado.<sup>5</sup> O expoente da política da pós-verdade seria a eleição de Donald Trump, obviamente. A rejeição de Hillary Clinton pelas massas – tal como a vitória do *Brexit*... – seria o repúdio dos factos, a madrugada de uma apocalíptica e soturna “era pós-factual”, onde a razão e a evidência seriam esmagadas pela manipulação crua das emoções irracionais da plebe (que acolhe as *fake news* e despreza o *fact-checking*...).<sup>6</sup>

#### “LÁGRIMAS DE CROCODILO”

Não deixa de ser paradoxal – e irónico – ver agora o *establishment* cultural chorar o crepúsculo da verdade, quando ele próprio – durante tanto tempo – namorou o relativismo, contribuindo para a sua implantação como nova ortodoxia. Em 1961, Popper afirmava que a «principal doença filosófica do nosso tempo é o relativismo intelectual e moral, sendo que o segundo se baseia, pelo menos em parte, no primeiro». <sup>7</sup> E, em 1987, Alan Bloom notava que «há uma coisa de que um professor pode estar absolutamente seguro: quase todos os estudantes que entram na universidade acreditam, ou dizem que acreditam, que a verdade é relativa». <sup>8</sup> Por outras palavras: tu podes ter a tua verdade, eu tenho a minha. E isto constituiria tanto uma posição intelectual, quanto um postulado moral: a crença na verdade seria não somente ingénua; seria também repressiva. O único pecado mortal seria o *“judgementalism”*: a presunção néscia e arrogante de que se poderiam julgar os valores e visão da realidade de cada um, com base num qualquer padrão exterior ao sujeito. Ora, haveria apenas verdades, no plural – relativas, subjectivas, socialmente construídas... –, e narrativas rivais. Seria preciso libertar-se quer dos grilhões da verdade, quer da tirania da evidência factual. Afinal, segundo a vulgata pós-modernista, seguindo Nietzsche, «não há factos, há apenas interpretações». O adeus à verdade seria, aliás, princípio e condição da democracia e do pluralismo<sup>9</sup>. Verdade e racionalidade não passariam de relíquias metafísicas – e autoritárias – do «cânon Platão-Kant». <sup>10</sup>

Agora, contudo, a história seria outra. Para a *intelligentsia* progressista, as eleições americanas – que, a bem dizer, opuseram uma pessoa sem princípios (Donald) a uma

pessoa com princípios duvidosos (Hillary), ambos igualmente suspeitos de mendacidade – ou o referendo sobre o *Brexit* – em que, ao contrário, se defrontaram duas posições respeitáveis e razoáveis – não teriam correspondido a debates democráticos normais, em que ambas as partes brandem argumentos contestáveis e valores discutíveis, com apelos emocionais: teriam correspondido, sim, ao confronto – a branco e preto – entre a verdade, a razão e a ciência, de um lado, e os poderes tenebrosos do relativismo (!), do preconceito e da ficção, do outro. <sup>11</sup> Enfim, parece que o relativismo seria bom para a classe dirigente, mas para os outros, para a gente “deplorável”, não.

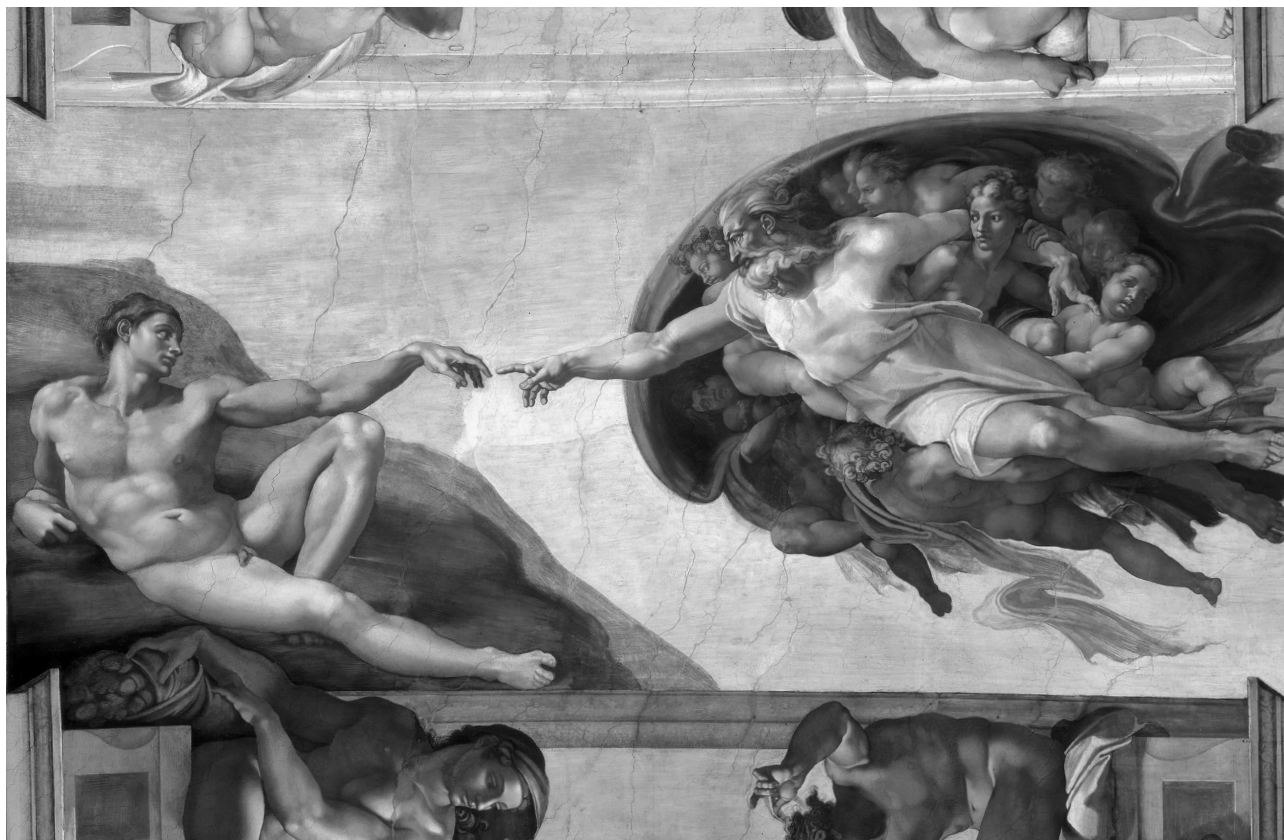
#### A CIÊNCIA SALVARÁ O MUNDO?

O discurso sobre a fragilidade da razão e o “nilismo hermenêutico” acima referidos serão talvez típicos do “fim da modernidade”, denunciando a falência do projecto moderno, em termos “contextualistas”, “desconstrucionistas”, ou outros. O alvor da modernidade, contudo, foi caracterizado por um deslumbramento ante o sol da razão e pela confiança generosa na capacidade daquela em aceder à verdade. Depois, na história da idade moderna, há uma oscilação entre o «racionalismo dogmático» – degenerando mesmo em idolatria perante a “deusa razão” – o cepticismo ilustrado, e o irracionalismo. Num dos momentos dessa conturbada história, julgou-se que seria possível o conhecimento de toda a verdade sobre o Homem através do método das ciências experimentais. Todos os problemas morais, sociais e políticos teriam uma solução *científica*, baseada na evidência empírica. A nova “ciência social” permitiria engavetar definitivamente – no arquivo morto – a teologia e a filosofia, próprias de estágios primitivos do desenvolvimento humano. No mesmo espírito, o celebrado físico Stephen Hawkins não teve vergonha de dizer que «a filosofia morreu», e que agora é a vez de a ciência resolver definitivamente os (anteriormente) chamados problemas filosóficos. <sup>12</sup>

Embora o positivismo comteano tenha culminado – sem surpresa – numa disparatada «religião da humanidade» (com o seus mandamentos e sacramentos, sacerdócio e liturgia...), a sua influência foi enorme, e talvez ainda o seja, em alguma das suas formas ou sequelas. Suspeito, aliás, que parte da nova “brigada pró-verdade” é devota desse culto, sem o saber, e considere os discordantes como incrédulos, hereges e

“relativistas”. Seja como for, apesar das suas extraordinárias proezas, a ciência – melhor, o cientismo – não pode dar o que promete. A ciência responde ao “porquê” da causalidade eficiente. Mas o homem indaga legitimamente outros porquês; o “porquê” da razão de ser e o “porquê” do significado: por que razão o mundo existe e o qual o sentido, o *logos*, dessa existência. <sup>13</sup> A ciência pode prolongar a vida, e isso é muito bom, mas não dá conta da sua proveniência e da sua finalidade, do valor da pessoa e da sua liberdade, ou do sentido da morte. A ciência pode minimizar o sofrimento humano, e devemos estar imensamente gratos por isso, mas não dá razões para enfrentá-lo, quando é inevitável. A ciência pode ajudar a vencer a guerra, mas não anima a lutar, nem a ponderar a sua justiça. A ciência pode aumentar o prazer ou até o “bem-estar”, melhorando as condições de vida, mas – ao contrário do que pensam alguns entusiastas da *“science of happiness”* – não pode conceder a felicidade e muito menos oferecer o amor. A ciência pode tornar o homem mais forte, mas não é capaz de o tornar mais nobre. A ciência não se salva sequer a si mesma. Pode até ser tentada a suprimir a questão do sentido da vida, como foi ficcionado no *Matrix*, ou no *Admirável Mundo Novo*, ou no *Fahrenheit 451*. Talvez não seja sem fundamento a sugestão de George Orwell de que – na Alemanha de Hitler – os cientistas teriam sido menos resistentes ao nazismo do que os membros de outras profissões, como os literatos ou os jornalistas, por exemplo. <sup>14</sup> Entregue a si próprio, o progresso científico será talvez o crescendo da funda à mega-bomba, como diz Adorno algures.

Note-se que a insuficiência da ciência não decorre da possibilidade de engano ou da margem de erro dos seus cálculos: isso poderá ser corrigido, com o tempo, pelo próprio método científico (embora nunca inteiramente). Não deriva também da instrumentalização da ciência – da falsificação ou manipulação dos “factos” – ao serviço de fins ideológicos, como acontece mesmo no âmbito das ciências da natureza, em questões com imbricações éticas e políticas (como é o caso do “aquecimento global”); <sup>15</sup> e como sucede recorrentemente na ciência social, quando a ideologia é mascarada de ciência <sup>16</sup>: isso será um defeito de cientistas facciosos ou inconscientes, não da ciência. Essa insuficiência resulta simplesmente de que as causas últimas, bem como as coisas primeiras, transcendem o seu objecto e



“A Criação de Adão”, de Michelangelo

escapam ao seu método indutivo, quer para as afirmar, quer para as negar. Christiana Barnard não encontrou a alma no lugar do coração, e Gagarin não viu Deus no espaço sideral (como consta que disseram – respectivamente, – com desdém), porque a evidência empírica, os instrumentos de observação, o bisturi ou a sonda são incompetentes para tal.

#### A RESSACA DO RELATIVISMO?

Contra o positivismo, Max Weber contrariou a *hybris* da ciência e do seu método, e afirmou a irredutibilidade e autonomia da moral e da política, cavando a distinção entre o reino dos *factos* – que constituiria precisamente a província da ciência – e a esfera dos *valores*. Mas, no mesmo passo – de algum modo – identificou redutoramente a razão com a ciência experimental (tal como, de forma oposta, fizera o positivismo: este presumindo que o método científico permite abarcar toda a realidade; aquele reduzindo a verdade razoável e o conhecimento genuíno à certeza empírica). Agora, a razão seria apenas “razão instrumental”:



**O relativismo mostrou ser insustentável daí que esteja a ser substituído por algo ainda pior: um moralismo intolerante, censório e dogmático, precisamente em nome da tolerância, da inclusão e da neutralidade moral**

serviria para indicar os meios que devemos empregar para obter o que queremos, mas não para fundamentar o que havemos de querer. Os fins humanos – os valores – não seriam racionalmente cognoscíveis, validáveis pela razão, nem passíveis de *objectividade* ou de *verdade*: seriam fruto de escolhas arbitrárias, geradas pela autonomia de cada sujeito, e moralmente equivalentes. Cada um escolheria o seu deus (ou o seu demónio...), num politeísmo de valores. Como sabemos, Leo Strauss sustentou que a distinção weberiana entre factos e valores conduziria necessariamente ao relativismo e, depois, ao niilismo: «à visão de que qualquer preferência, conquanto maléfica, reles ou insana, deve ser julgada ante o tribunal da razão como sendo tão legítima como qualquer outra».17 Este agnosticismo repugna-nos, justamente. Contraria a nossa experiência moral e intelectual. Toda a indagação e *zetética*, todo o debate, todo o argumento, pressupõem um ponto de referência fixo, um padrão, uma tensão para a verdade, sem os quais não se explicam. Toda a nobre “inquietação humana” tem implícita a possibilidade

de alcançar racionalmente o que é justo ou, pelo menos, de conseguir um avanço nesse conhecimento. É certo que não podemos aceder à *verdade moral* – os valores autênticos, o bem, o direito ou a justiça – do mesmo modo que à verdade dos factos, atendendo à *falibilidade* específica dos critérios de avaliação – próprios do inquérito filosófico – utilizados naquele domínio. O pluralismo decorre precisamente quer da dificuldade desse acesso, quer da diversidade de caminhos possíveis, quer da frequente provisoriedade dos pontos de chegada. Mas isso mesmo presume uma realidade objetiva que faz sentido buscar. E não implica, portanto, que a identificação dos bens humanos (ou, pelo menos, dos males desumanos) seja arbitrária. Os valores – e o pluralismo moral – são também susceptíveis de crítica e escrutínio racional, segundo promovam a plenitude humana ou, ao contrário, aviltem a nossa humanidade.<sup>18</sup> Além disso, como dizia Sócrates a Fédon – referindo-se àqueles que se «consideram os mais sábios» e que julgam que «só eles descobriram, melhor que ninguém, que não há no mundo nada firme, certo (...) ou estável» –, «seria muito triste que alguém, porque deparou com alguns desses argumentos que parecem ser umas vezes verdadeiros e outras vezes falsos, ao invés de se culpar a si mesmo ou à sua própria incapacidade, acabasse, no seu vexame, por culpar frivolamente a razão, e a rejeitasse e desdenhasse pelo resto da sua vida, sendo assim privado da verdade e do conhecimento da realidade».<sup>19</sup>

De qualquer modo, o relativismo mostrou ser (politicamente, pelo menos) insustentável. Levado às últimas consequências, seria inconsistente. Daí que



Max Weber



Edmund Burke



Leo Strauss

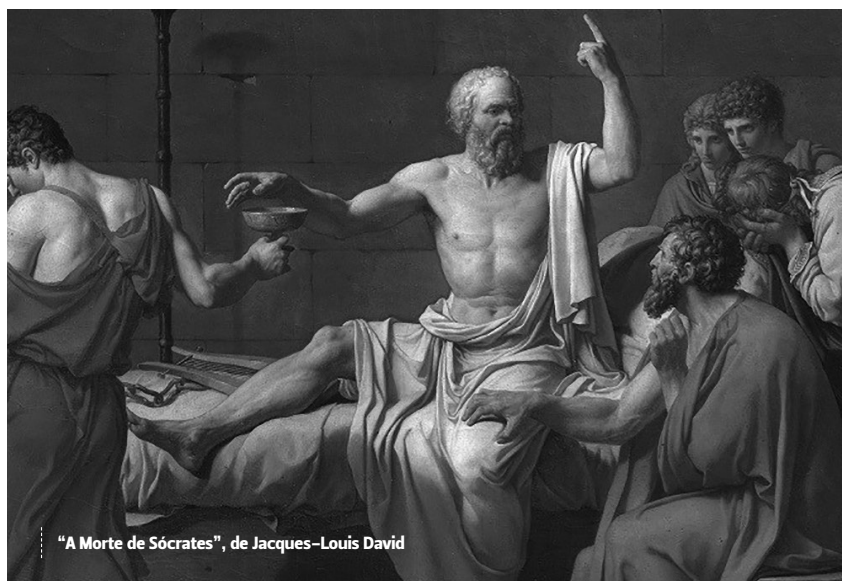
esteja a ser substituído por algo ainda pior: um moralismo intolerante, censório e dogmático, precisamente em nome da tolerância, da inclusão e da neutralidade moral. Isto está a verificar-se no debate público e académico, nomeadamente no mundo de língua inglesa (onde menos se poderia esperar), com ameaças e restrições inadmissíveis à liberdade de expressão,<sup>20</sup> à liberdade religiosa e à objecção de consciência. Não é difícil perceber o nexo entre a tese relativista e essa intolerância. Ao decretar – como imperativo ético, no espaço público – o igual valor de todas as concepções particulares de bem, como corolário (falacioso) dos princípios da igualdade e da não discriminação, o Estado – bem como as autoridades académicas, mediáticas ou outras – estaria legitimado

para suprimir a liberdade de expressão daqueles que afirmam convicções morais substantivas, porque essa afirmação seria incompatível com aquela equivalência, e portanto “ofensiva”. Esta posição traduz-se numa “expropriação da moral” pessoal<sup>21</sup> e não deixa de corresponder – também ela – a uma concepção particular de bem, não especialmente “neutral”: é como se nos dissessem, “não nos imponham a vossa moral, imponhamos antes a nossa”.<sup>22</sup>

No fundo, na raiz da cultura da pós-verdade encontrar-se-á talvez uma espécie de *cansaço*<sup>23</sup> ou, talvez melhor, de *vingança* da razão. A razão abstracta desorbitada, no racionalismo dogmático, e a degradação da ideia de verdade, confinada à evidência dos factos experimentalmente comprováveis, acabaram por suscitar a exasperação e irritação da razão e conduzir – por reacção, num caso, e por consequência lógica no outro – à radicalização da subjectividade, à arbitrariedade da vontade, e ao niilismo.<sup>24</sup> Ora, a razão deve ser auto-resguardada por uma certa humildade – reconhecendo a sua debilidade e limites – e por uma certa consciência da sua nobreza – admirando o seu alcance. Em caso contrário, a soberba da razão ou – inversamente – o seu rebaixamento dão aso ao irracionalismo.

#### POLÍTICA, CIÊNCIA E PRUDÊNCIA

A política não pode dispensar a verdade factual: porque é o respeito pela palavra (e pela realidade) que permite a comunicação significativa e que, portanto, permite a comunidade. Do mesmo modo, a política prática carece da filosofia política: para poder entender as possibilidades principais da vida humana e perscrutar o que é justo e bom. Por fim, obviamente, a política tem também necessidade da ciência (e mesmo da “ciência política”...): ela proporciona o conhecimento das condições da acção política. Mas, dito isto, é preciso acrescentar que os pensadores ou os peritos profissionais (enquanto tal) não têm maior competência e credibilidade política – e muito menos autoridade – do que qualquer outro cidadão. Michael Gove foi muito criticado por ter dito que «as pessoas deste país tiveram já a sua dose de peritos»<sup>25</sup> mas, no fundo, ele tem razão. A evidência empírica, as estatísticas e a opinião dos peritos são imprescindíveis, mas o seu alcance político é limitado e nunca definitivo. Não só – insisto – porque permanece o “dissenso científico”, porque



“A Morte de Sócrates”, de Jacques-Louis David



**Para além do seu valor intrínseco, a veracidade é a base da confiança, e a confiança é um ingrediente fundamental do “capital social” das sociedades decentes, livres e prósperas**

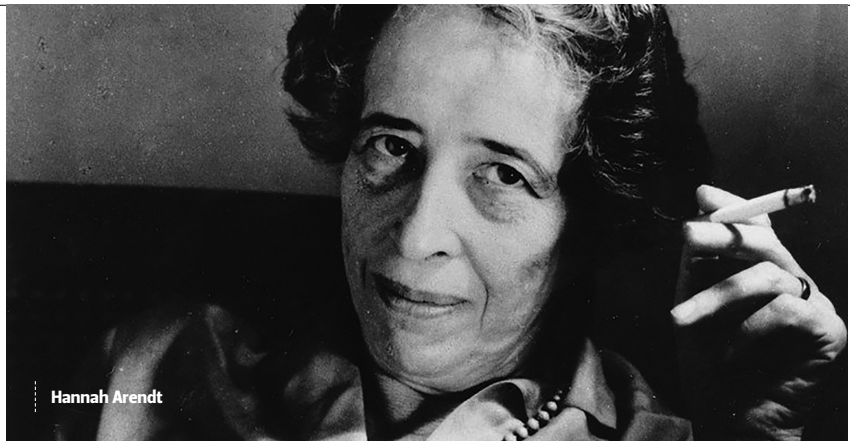
a *performance* histórica dos augúrios dos especialistas não é famosa, ou porque a sua inclinação ideológica ou partidária fala mais alto – por vezes – que a sua ciência. Mas, sobretudo, não é preciso ser relativista para reconhecer que a realidade social é complexa e multifacetada, e que pessoas igualmente inteligentes e bem-intencionadas, com a mesma informação, mas com diferentes perspectivas, podem discordar razoavelmente quer sobre a natureza dos problemas, quer sobre a sua solução. Enfim, não é possível eludir o antagonismo de posições políticas por meio

de raciocínios ou cálculos “imparciais”, por processos supostamente científicos que poriam um fim às velhas disputas, alcançando consenso geral.

A ciência é um juízo sobre o que é imutável e necessário, enquanto a política (que é uma actividade de índole predominantemente prudencial) versa sobre o singular e contingente, o que pode ser de uma maneira ou de outra.<sup>26</sup> A coisa política não tem *uma* solução. Burke recordou que as linhas da moral e da política não são como as da matemática, são antes feitas pelas «regras da prudência».<sup>27</sup> O teórico procura a verdade universal, tem todo o tempo do mundo, é independente da opinião pública, e gosta do que é refinado, original e engenhoso. Ao contrário, a acção política luta contra o tempo, lida com iminências, e pode ser irreversível; trata da paz e da conveniência mútua; e tem que ser equilibrada, admitir acordos imperfeitos e levar a sério preconceitos populares. Cabe-lhe conciliar teorias e oportunidades, ideais e possibilidades, projectos e remendos, princípios gerais e circunstâncias infinitas e cambiantes.<sup>28</sup> A ciência joga com a lógica das ideias; a política prática lida também com a ilógica das paixões.<sup>29</sup> Por isso, a «Inglaterra é governada não pela lógica mas pelo Parlamento», como disse algures Disraeli. Pertence à política reconhecer onde termina o domínio da filosofia, da ciência ou da técnica e onde começa o seu. Não são apenas actividades diversas, mas funções que exigem competências e “vocações” diferentes, como Max Weber percebeu.

**COMEÇAR POR MIM?**

Dito isto, é bem-vinda esta recente saudade da verdade, se for sincera. Para além do seu valor intrínseco, a veracidade é a base na confiança, e a confiança é um ingrediente fundamental do “capital social” das sociedades decentes, livres e prósperas, como Fukuyama e Robert Putnam sublinharam há já muitos anos.<sup>30</sup> Entretanto, vale a pena recordar aquele episódio de (evocado por Hannah Arendt<sup>31</sup>) em que Fiodor – o pai – pergunta ao *Starets* Zossima o que fazer para obter a salvação. A resposta foi: «sobretudo, nunca minta a si próprio».



**NOTAS**

- 1 Cf. Platão, *A República*, 414e–415c.
- 2 *Ibidem*, 389b.
- 3 Cf. Arendt, “Truth and Politics”, in *Between Past and Future: Eight Exercises in Political Thought*, New York: Penguin Books, 2006, pp. 253–254.
- 4 *Ibidem*, p. 245. Ver Pedro Rosa Ferro, *Virtude Política*, Lisboa: Almedina, pp. 179–180.
- 5 Cf. “Post-truth politics. Art of the lie”, *The Economist*, Sep 10th 2016. Ver também John Gray, “Post Truth by Matthew D’Ancona and Post-Truth by Evan Davis review – is this really a new era of politics?”, *The Guardian*, 19 May 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2017/may/19/post-truth-matthew-dancona-evan-davis-reviews> (2017-10-17).
- 6 Claire Fox, “Post-truth politics? Don’t be so patronizing”, *The Spectator*, 12 November 2016. Disponível em: <https://www.spectator.co.uk/2016/11/post-truth-politics-dont-be-so-patronising/> (2017-10-03).
- 7 Cf. Karl Popper, *Open Society and its Enemies*, Vol. 2, Addenda, “Facts, Standards, and Truth: a further criticism of relativism (1961)”, Princeton: Princeton University Press, according to the 5th edition, London: Routledge & Kegan Paul, 1966., p. 369.
- 8 Cf. Alan Bloom, *The Closing of the American Mind*, New York: Simon and Schuster, 1987, p. 25
- 9 Cf. Gianni Vattimo, *Addio alla verità*, Rome: Meltemi, 2009, p.16.
- 10 Cf. Richard Rorty, *Contingency, Irony, and Solidarity*, Cambridge University Press; 1989, p. 96. Ver Ana Sandoiu, “Richard Rorty and the Origins of Post-Truth”, December 30, 2016, *The Partially Examined Life*. Disponível em: <https://partiallyexaminedlife.com/2016/12/30/richard-rorty-and-the-origins-of-post-truth/> (2017-10-22).
- 11 Cf. John Gray, “Post Truth”, *ibidem*.
- 12 Cf. Matt Warman, “Stephen Hawking tells Google «philosophy is dead»” (in Google’s Zeitgeist Conference, 2011), *The Daily Telegraph*. London, 17 May 2011.
- 13 Cf. Roger Scruton, *The Face of God*, London: Continuum, 2012, pp. 5–9.
- 14 «I imagine that the number of German scientists — Jews apart — who voluntarily exiled themselves or were persecuted by the régime was much smaller than the number of writers and journalists. More sinister than this, a number of German scientists swallowed the monstrosity of ‘racial science’». E mais adiante, acrescentava: «All it means is that scientific education for the masses will do little good, and probably a lot of harm, if it simply boils

- down to more physics, more chemistry, more biology, etc., to the detriment of literature and history. Its probable effect on the average human being would be to narrow the range of his thoughts and make him more than ever contemptuous of such knowledge as he did not possess: and his political reactions would probably be somewhat less intelligent than those of an illiterate peasant who retained a few historical memories and a fairly sound aesthetic sense». Cf. George Orwell: “What is Science?”, *Tribune*, October 26, 1945. Disponível em: [http://orwell.ru/library/articles/science/english/e\\_scien](http://orwell.ru/library/articles/science/english/e_scien) (2017-10-21).
- 15 Atualmente, segundo parece, há uma epidemia de “má ciência”, em que os investigadores «esculpem os dados até que se adequem à sua preferida teoria do mundo». Cf. Richard Horton, “Offline: What is medicine’s 5 sigma?”, *The Lancet*, Vol. 385, No. 9976, April 11, 2015, p. 1380. Disponível em: [http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(15\)60696-1/fulltext](http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(15)60696-1/fulltext), (2017-10-26).
  - 16 «Mesmo nas ciências naturais, a investigação é frequentemente infectada pelo enviesamento dos cientistas. Esses enviesamentos podem derivar de uma multiplicidade causas, frequentemente invisíveis aos próprios investigadores, incluindo preferências políticas, aceitação crítica da sabedoria convencional, ambição pessoal e ideologia. (...) As ciências sociais são, de longe, mais vulneráveis ao enviesamento do que as ciências naturais (...) em parte, porque a sua investigação versa sobre questões que têm implicações imediatas em controversos tópicos de política pública (...) e, em parte, porque é inerentemente muito mais difícil — senão impossível — realizar o tipo de observações objectivas e experiências replicáveis que constitui o núcleo do método das ciências naturais. (...) Quando organizações de cientistas sociais e comportamentais falam em nome de um suposto consenso profissional em controversas matérias de política pública, é preciso um especial cuidado. Uma ilustração eloquente é fornecida pela história da classificação da homossexualidade no *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders da American Psychiatric Association*.». Cf. Leon Kass, Harvey Mansfield, and the Institute for Marriage and Public Policy, as *Amici Curiae* in Support of Petitioners, *Hollingsworth vs. Perry*, U.S. Supreme Court, No. 12–144, January 29, 2013, pp. 2, 7–8, 10–11.
  - 17 Cf. Leo Strauss, *Natural Right and History*, Chicago: The University of Chicago Press, 1953, p. 42. Sobre este tema, ver José Colen, *Facts and Values – A conversation between Raymond Aron, Leo Strauss, Isaiah Berlin & Others*, London: Plusprint, 2011.
  - 18 Cf. João Carlos Espada, “Karl Popper: uma homenagem merecida”, in Karl Popper, *Conjecturas e Refutações*, Coimbra: Almedina, 2003, pp. ix–xi. Cf. Popper, “Facts,

- Standards, and Truth”, pp. 384–386. Cf. Manuel A. Carneiro da Frada, “Relativismo, valores, direito”, *Revista da Ordem dos Advogados*, Lisboa, a. 68, n. 2–3 (Set.–Dez.2008), pp. 662–664.
- 19 Cf. Platão, *Fédon*, 90 c–d. Ver Discurso de Bento XVI na Universidade de Ratisbona (2006–09–12).
  - 20 Cf. Timothy Garton Ash, “Safe spaces are not the only threat to free speech”, *The Guardian*, 17 September 2016 Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/sep/16/safe-spaces-free-speech-university-prevent-no-platforming-academic-freedom> (2017-11-03).
  - 21 Cf. Marcelo Pera, *Por qué debemos considerarnos cristianos*, Madrid: Ediciones Encuentro, 2010, p. 159.
  - 22 Ver Andrés Ollero, “La neutralidad engañosa”, <https://www.aceprensa.com/articles/la-neutralidad-enganosa/> 7.Nov.2007.
  - 23 «A razão, sob o peso de tanto saber, em vez de exprimir melhor a tensão para a verdade, curvou-se sobre si mesma, tornando-se incapaz, com o passar do tempo, de levantar o olhar para o alto e de ousar atingir a verdade do ser». Cf. João Paulo II, *Fides et Ratio*, n° 5, 1998.
  - 24 Ver Daniel Innerarity, *Dialéctica de la Modernidad*, Madrid: Ediciones Rialp, 1990, pp. 20 ss.
  - 25 «People in this country have had enough of experts». Cf. *Financial Times*, June 3, 2016. Disponível em: <https://www.ft.com/content/3be49734-29cb-11e6-83e4-abc22d5d108c> (2017-11-15).
  - 26 Cf. Aristóteles, *Política*, 1139b, 1140a–b.
  - 27 Cf. Edmund Burke, “An Appeal from the New to the Old Whigs” [1791], in *Further Reflections on the Revolution in France*, Daniel E. Ritchie (Ed.), Indianapolis: Liberty Fund, 1992, pp. 91 e 163.
  - 28 Cf. Daniel Innerarity, *A Transformação da Política*, Lisboa: Editorial Teorema, 2005, pp. 35 e 48.
  - 29 Cf. Alexis de Tocqueville, “Discours à l’Académie des Sciences Morales et Politiques”, 3 Avril 1852”, in *Oeuvres*, Vol. 9, *Études Économiques Politiques et Littéraires*, Paris: Michel Lévy Frères, Libraires Éditeurs, 1866, pp. 117–119. Ver Ferro, *Virtude Política*, pp. 191–192.
  - 30 Cf. Francis Fukuyama, *Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity*, London: Penguin Putnam, 1995; e Robert D. Putnam (with Robert Leonardi and Raffaella Y. Nanetti), *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, New Jersey: Princeton University Press, 1993.
  - 31 Cf. Arendt, “Truth and Politics”, p. 250.